

Intervenção do Deputado Jaime Jorge
Abordagem LEADER
Horta, de Abril de 2007

Senhor Presidente
Senhoras e senhores deputados
Senhora e senhores membros do Governo

O Projecto de Desenvolvimento Rural dos Açores que integra o QRESA e que irá vigorar entre 2007 e 2013, passará forçosamente e em grande parte pelo Programa de Iniciativa Comunitária “ Abordagem LEADER”, que vem deste modo substituir o Programa “LEADER +”, do anterior Quadro Comunitário de apoio.

Estão assim ultrapassados em parte, os piores temores das Associações de Desenvolvimento Local dos Açores, quanto à possibilidade do programa Leader, não ter continuidade no quadro comunitário que agora se inicia, pondo em causa, para além de um forte impulso ao desenvolvimento local, que já de alguma forma estava em marcha dos programas anteriores, a própria continuidade das Associações de Desenvolvimento Local Açorianas, enquanto entidades privadas, com estruturas técnicas e administrativas já constituídas e estabilizadas.

No Arquipélago dos Açores, são quatro as Associações de Desenvolvimento Local, com responsabilidade na gestão destes programas comunitários, que desde o LEADER II,

têm contribuído decisivamente para potenciar os escassos recursos que executam nas nossas comunidades rurais.

Estas Associações são: A GRATER, que gere o território constituído pelas ilhas da Terceira e Graciosa, ARDE, que gere o território constituído pelo concelho de Ponta Delgada e ilha de Santa Maria, ASDREP, que gere o território do resto da ilha de S. Miguel e ADELIAÇOR, que gere o território constituído pelas ilhas de Pico, Faial, S. Jorge, Flores e Corvo.

É ainda e a este propósito oportuno recordar, que por inexistência nos Açores, de Associações desta natureza, não foi possível captar para esta Região os fundos respeitantes ao LEADER I, que muita falta fizeram ao desenvolvimento da nossa Região, marcadamente rural e com atrasos estruturais profundos e difíceis de ultrapassar.

É importante referir ainda que a acção destas Associações, ao longo da última década, na gestão destes programas, permitiu aplicar em toda a Região 35,5 milhões de euros de investimento aprovado, distribuídos por 1431 projectos apresentados por entidades públicas e privadas, que resultaram em 88 novas empresas e 405 novos postos de trabalho.

É pois por demais evidente e incontornável, o contributo importantíssimo que as Associações de Desenvolvimento Local Açorianas, têm tido no desenvolvimento das nossas comunidades rurais, aplicando de forma eficaz,

competente e reprodutiva, os meios financeiros a que se tem candidatado, e colocados à sua disposição.

Prova disso, foi o reforço de verbas atribuído a todas elas, aquando da redistribuição da reserva de eficiência, destes programas.

A gestão dos programas Leader é pois, um caso de sucesso, revelando que associações de natureza privada gerem bem, muito bem, recursos públicos, com eficiência e bons resultados.

Senhor Presidente
Senhoras e senhores deputados
Senhora e senhores membros do Governo

Não obstante tudo isto, no capítulo da Coesão Social do Estudo sobre a Competitividade Territorial e a Coesão Económica e Social do conceituado professor Augusto Mateus, a posição débil da região no todo nacional, resulta de um padrão de qualidade de vida e de qualificação do seu capital humano, bastante inferior ainda à média nacional.

É também neste contexto que se assiste ao aumento das assimetrias entre freguesias e concelhos da nossa região, levando os jovens a abandonar os mais periféricos, para se fixarem definitivamente nos nossos maiores centros urbanos, quando não abandonam de vez a região, regressando só em férias ou visitas curtas.

A nossa economia não gera novos empregos, penalizando os jovens que tem maiores níveis de formação e os Açores ainda não conseguem atrair e fixar novos residentes.

Acentuam-se assim os nossos índices de envelhecimento nos meios rurais, ao mesmo tempo que as ilhas mais periféricas perdem gradual e consistentemente, a sua população activa.

A agravar este cenário está o facto da região ser a detentora da maior taxa de beneficiários do Rendimento Social de Inserção, totalizando já 18 000 e ter uma esperança média de vida inferior à média nacional, em quatro anos.

Por estar consciente das dificuldades e complexidade de se instituir um modelo de desenvolvimento, que inverta a redução demográfica da maioria das nossas ilhas e que reduza o fosso que actualmente existe nos vários níveis de desenvolvimento que regista o território Açoriano, já por diversas vezes o PSD afirmou reconhecer, que este é seguramente um tema delicado e difícil.

Já que, nas sociedades modernas, o desenvolvimento é sobretudo ditado pela concentração populacional e pelas suas dinâmicas geradoras de verdadeiras economias de mercado.

Por isso mesmo, o PSD entende que nesta matéria o Governo Regional carece de parceiros que ajudem a diagnosticar os problemas e que em conjunto consigam encontrar as soluções mais viáveis e duradouras.

O Partido Socialista e este governo insistem em ignorar os sinais de aviso que estão já à vista de todos e persistem no erro de prescindir do contributo, que neste domínio poderá advir, em primeiro lugar do PSD e da generalidade das autarquias açorianas, em segundo lugar, das Associações de Desenvolvimento Local, rejeitando sistematicamente o contributo e a cooperação que todos, entidades públicas e privadas, enfim a sociedade civil, podem e devem dar, pugnado para ultrapassar o desafio da desertificação dos nossos territórios mais periféricos, naquele que o PSD avalia ser o problema mais sério e difícil que a sociedade açoriana tem pela frente, na próxima geração.

O baixo e diferenciado ritmo de desenvolvimento que temos assistido nas nossas comunidades mais rurais, levavam a esperar que este governo afectasse uma percentagem superior dos fundos deste Quadro Comunitário, aos eixos três e quatro do PRORURAL, aqueles que conterão as verbas específicas para a melhoria da qualidade de vida nas zonas rurais.

É pois de lamentar, à semelhança do que também se verifica para as autarquias, que apenas podem em conjunto gerir 12% do envelope financeiro associado ao QRESA, que como todos sabem é de 1 538 milhões de euros, que as

Associações de Desenvolvimento Local apenas possam dispor de cerca de metade dos 10% do valor total do PRORURAL, afecto aos eixos 3 e 4, quando as associações congéneres do continente, vão gerir com este programa, quase o triplo das verbas que lhes coube com o Leader +.

Também aqui este Governo mostra bem, apesar do seu discurso em contrário, a sua matriz centralizadora. Afasta do palco político tudo e todos, mesmo aqueles que já demonstraram competências para participar activamente no processo do desenvolvimento rural dos Açores.

Reclama para si todas as atenções e a luz dos focos da ribalta e esquece-se que o atraso a que muitas das nossas comunidades estão votadas, exige que toda a sociedade Açoriana se mobilize, sem que ninguém deva exigir ou reclamar para si próprio, mais protagonismos.

É caso para perguntar, o que ganharam as nossas associações com uma gestão regional deste programa, quando é quase certo que se ela continuasse a ser nacional, como aconteceu com os programas anteriores, as associações açorianas iriam dispor de muito mais verbas para afectar ao desenvolvimento rural?

Pode-se, neste caso, afirmar com propriedade, que as associações acabam este processo prejudicadas pelo nosso orgulho e aspirações autonómicas, o que é uma manifesta

contradição com os objectivos e percurso da nossa autonomia.

A autonomia não pode significar exclusão nem diminuição do papel, que neste domínio cabe á sociedade civil. Parece mesmo que este Governo não lida bem, com sucesso dos agentes de natureza privada.

As Associações de Desenvolvimento Local Açorianas têm a este propósito, um capital de experiência acumulado na gestão de fundos específicos do desenvolvimento rural. Devem pois por isso, ser encaradas como parceiros privilegiados e não podem ser marginalizadas, ocupando-se apenas com valores residuais do total dos fundos do QRESA, que deixam nas Associações um sentimento de frustração enorme, sobretudo se comparado com aquilo que são os valores que vão ser geridos, no continente, pelas associações congéneres.

Finalmente, sendo a Direcção Regional dos Assuntos Comunitários da Agricultura, a entidade gestora dos fundos afectos aos eixos 3 e 4 do PRORURAL e podendo os serviços da Secretaria Regional da Agricultura e Florestas candidatarem-se também a esses fundos, pode-se, legitimamente questionar a sua isenção e imparcialidade na análise dos projectos que venham a ser entregues pelas associações.

Disse